

# TCU firma acordo de cooperação com Ipea

O Presidente Walton Alencar Rodrigues e o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, firmaram hoje acordo de cooperação técnico-científica. O documento prevê o intercâmbio de dados, informações, conhecimentos e experiências, além da realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo. O acordo não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os órgãos.

O Ipea é uma fundação vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

O Tribunal de Contas da União mantém acordos de cooperação técnica com vários órgãos de diferentes esferas do governo. Na maior parte dessas parcerias, estão previstas ações de treinamento de servidores, intercâmbio de informações, cooperação técnica e fiscalização de recursos públicos federais repassados a unidades estaduais e municipais.

## Atuação preventiva do TCU evita prejuízos de R\$ 658 milhões

O benefício potencial da ação do Tribunal de Contas da União (TCU) entre julho e setembro foi de R\$ 8,2 bilhões. Cerca de R\$ 658 milhões referem-se a prejuízos evitados com adoção de medidas cautelares, antes de ocorrer o dano. A maioria dessas medidas suspendeu pagamentos ou repasse de recursos.

No terceiro trimestre, o TCU condenou 550 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros processos de fiscalização 83 gestores foram multados. O total das condenações passa de R\$ 360 milhões.

Na área de transporte, destaca-se a análise de concessão de trechos rodoviários da BR-116 e da BR-324, na Bahia. As propostas feitas pelo TCU reduziram as tarifas de pedágio, que passaram de R\$ 3,20 para R\$ 2,80 na BR-116 e de R\$ 1,82 para R\$ 1,60 na BR-324. A redução possibilitará economia de aproximadamente R\$ 1 bilhão em benefício dos usuários nos próximos 25 anos.

Em auditoria nas obras da BR-401/RR, fronteira com a Guiana, o TCU constatou desvio de recursos para pagamento de pessoal e condenou o extinto DER/RR a pagar mais R\$ 19 milhões.

As recomendações do TCU também permitirão uma economia superior a R\$ 1,4 bilhão, nos cinco primeiros anos de concessão de serviços de transmissão de energia elétrica no complexo hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia. A concessão, feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), inclui construção, operação e manutenção de linhas de transmissão, subestações e outras instalações. O montante de investimento alcança quase R\$ 20 bilhões.

No terceiro trimestre de 2008, as ações do TCU geraram benefício de R\$ 36,63 para cada R\$ 1 utilizado pelo Tribunal no desempenho de suas atividades.